

ORIGENS DO PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL: THEODORO SAMPAIO E A QUESTÃO DAS ÁGUAS EM SÃO PAULO

Ademir Pereira dos Santos
Unitau
dmi@hotmail.com

1. A trajetória de um engenheiro do século XIX

Não se trata de um personagem esquecido, é verdade. Seu nome está presente no dia a dia do paulistano devido à homenagem prestada no bairro de Pinheiros. A Rua Teodoro Sampaio é muito conhecida por ser uma longa via estrutural, movimentada por um comércio diversificado. Curiosamente foi em Pinheiros que ele chegou aos 10 anos de idade em 1865 vindo da Bahia com o padre que assumiu sua paternidade, Manuel Fernandes Sampaio. Theodoro Fernandes Sampaio era um filho bastardo, cuja mãe era uma escrava de um engenho da zona rural de Santo Amaro da Purificação. Sabia, mas nunca revelou o nome do pai, provavelmente seu protetor. O padre preferiu, no entanto, transferir-se para o Rio de Janeiro e lá se foi o pequeno Theodoro para a capital do Império, estudar num colégio como interno.

Em 1872 Sampaio foi selecionado para frequentar o curso de Engenharia Civil da Escola Politécnica, e em 1877 formou-se engenheiro civil, em plena escravatura. O primeiro trabalho foi como membro da Comissão Hidráulica do Império, a CHI, em 1878. O primeiro projeto da CHI foi desenvolvido para o Porto de Santos. O segundo o levou de volta à Bahia, mas para o sertão. Estudou o rio, projetou e executou as obras necessárias para se navegar o São Francisco. O geólogo norte americano Orville Derby, que o conheceu como estudante no Museu Nacional, onde atuava como desenhista, foi quem o indicou para atuar como engenheiro da CHI, liderada pelo experiente engenheiro americano William Milnor Roberts. Além das obras no rio São Francisco Sampaio atuou por cerca de 3 anos, na construção da ferrovia que ligaria Salvador a Juazeiro, cidade situada às margens do Rio São Francisco, divisa com Pernambuco.

Em 1886 Orville Derby aceitou o desafio de organizar a Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo (CCGSP) e convidou entre outros profissionais, o jovem engenheiro Theodoro Sampaio, que havia se destacado na Comissão Hidráulica do Império, entre outras habilidades, como cartógrafo. Uma das missões da CCGSP era exatamente constituir um

serviço permanente de levantamento e representação cartográfica da Província, para suprir entre outras demandas, a expansão das ferrovias e da própria cafeicultura.

De 1886 a 1903, por dezessete anos, portanto, Theodoro Sampaio esteve em São Paulo e apesar de ter atuado em campos diferentes como a história, a antropologia, a geologia, a geografia e a cartografia, sua atividade principal como engenheiro sempre esteve associada aos rios, ao saneamento, ao tratamento dos esgotos e ao abastecimento de água. E foi sua atuação em São Paulo vinculada ao saneamento desde 1892, quando deixou a CGGSP, que definiu uma das suas especialidades como engenheiro.

Theodoro Sampaio transferiu-se para Salvador e lá atuou de 1904 a 1937, durante, portanto, trinta e três anos trabalhou na Bahia, totalizando cinquenta e oito anos de atividades, sempre envolvido com o saneamento e o abastecimento de água. Os primeiros cinco anos de sua atuação na capital baiana foram dedicados justamente à atualização e à ampliação do sistema de abastecimento de água de coleta de esgotos. A experiência paulista foi marcante e decisiva para que ele se apresentasse a poder público municipal para resolver o problema do saneamento e da falta d'água que afligia os soteropolitanos. E conseguiu. Tal como acontecera em São Paulo, Sampaio conseguiu resolver de tal modo o problema da água que as estruturas do sistema por ele concebido e implantado, suportaram a expansão da área urbana por décadas.

Mas como foi sua experiência em São Paulo? Qual o contexto, o momento político, o conhecimento técnico e os recursos que estavam disponíveis naquele momento? Buscamos neste trabalho delinear os contornos do processo de saneamento e de estruturação dos serviços públicos fundamentais como o abastecimento de água e a coleta e o tratamento do esgoto.

Acreditamos que é possível perceber na atuação deste profissional, peculiaridades do processo de institucionalização da Saúde e do Planejamento Urbano e Regional como conhecimento técnico e científico, incorporados pelo poder público, a partir de modelos vindos da medicina e da engenharia. Theodoro Sampaio é um personagem intrigante na história da engenharia brasileira, não só pela sua origem negra. Há outros engenheiros negros, graduados antes da Abolição, que se destacaram como os irmãos Rebouças.

Mas sua atuação nos *Sertões* brasileiros no Segundo Império, e depois, na República, na capital paulista e baiana, e de forma especial, a atuação como membro ativo do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia,

entre outras agremiações de natureza científica, o distinguem entre os profissionais da Engenharia. Um erudito, homem culto, de formação ampla tanto técnica como humanista, afeito à literatura e às artes, especialmente a poesia.

Podemos identificar quatro momentos na atuação do engenheiro Theodoro Sampaio em São Paulo. O primeiro abarca o período de 1886 a 1890, quando atuou na CGGSP e esteve empenhado em iniciar o levantamento cartográfico e geológico da Província. Destacam-se os estudos do rio Paranapanema e dos *Sertões* ou “Terrenos Desconhecidos”, ou seja, a parte não ocupada naquele momento do território paulista.

O segundo período, apesar de curto, de 1890 a 1892, foi intenso e decisivo para a trajetória de Sampaio e para a abordagem do nosso tema. Caracterizou pela realização dos levantamentos cartográficos e pelos estudos dos rios e problemas da capital, visando prover a cidade de um plano de saneamento e da infra-estrutura necessária para suportar o acelerado processo de urbanização, porém, ainda integrava a CGGSP. Destaca-se aí o *Relatório da Comissão do Saneamento das Várzeas 1890-1891*, no qual apresentou, juntamente com Antonio Francisco de Paula Souza, uma proposta para sanear a cidade. Desligou-se oficialmente da CGGSP em 1892 em função da implantação do plano proposto, colocado em prática e executado pelas administrações posteriores. Este período, 1890 a 1892, reveste-se de importância especial para a nossa tematização porque Sampaio também atuou na Companhia Cantareira de Água e Esgoto, empresa privada, concessionária destes serviços desde 1877.

O terceiro momento, de 1892 a 1898, foi marcado pela execução de projetos relacionados à implantação do plano de saneamento e pela atuação na RTAE, Repartição de Águas e Esgotos do Estado. Sampaio acumulou os cargos de chefe do Serviço de Água e Esgoto de São Paulo e de Engenheiro Sanitário, consultor técnico da Secretaria do Interior. Destacam-se nesse período a concepção e construção de hospitais e demais instituições relacionadas à higiene e ao serviço sanitário.

O quarto e último período, de 1898 a 1903, tem como referência sua atuação na Repartição de Água e Esgoto do Estado, que tinha como incumbência planejar o saneamento e o abastecimento de água para as cidades do interior. Ou seja, além dos problemas relacionados ao planejamento urbano em São Paulo, Sampaio também se tornou responsável pelo planejamento da infra-estrutura das cidades do interior. O destaque deste período é o plano de abastecimento de água e coleta de esgoto que elaborou para a cidade de São Paulo e

a condução do saneamento e ampliação do porto de Santos cujo desfecho marcou sua demissão do cargo, e no ano seguinte, o regresso à Bahia.

São perceptíveis duas frentes de trabalho na produção de Theodoro Sampaio em São Paulo. Uma diurna, produzida nas repartições das secretarias, sistematizada em relatórios, plantas, planos, projetos e leis. Outra, noturna, ou produzida nos finais de semana. É quando se ocupava da História dos paulistas e do Brasil arcaico, do modo de vida e da língua falada pelos nativos e mamelucos. Seu universo era formado por documentos e manuscritos raros encontrados em arquivos e bibliotecas frequentadas por poucos. Testemunham essa intensa produção, os anais do poder executivo, assim como os livros e as dezenas de artigos publicados em periódicos da época como a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, desde 1894. Seus artigos e livros escritos em São Paulo tornaram-se textos fundamentais para estudos brasileiros e são marcados pela erudição e, ao mesmo tempo, simplicidade devido ao domínio que possuía da linguagem escrita.

Estudos recentes como o de Oseki (1992), Costa (2003), Kahtouni (2004), Campos (2007), Jorge (2006), Santana (2002), Bernadini (2007), e Santos (2010) tem apresentado faces diversas desse rico momento para a história da técnica, da administração pública e particularmente da infraestrutura que integra o Planejamento Urbano e Regional. Neste contexto sobressaem a capacidade e apuro técnico do texto e do trabalho do engenheiro baiano. Suas proposições estão registradas em diários e manuscritos que pertencem ao acervo do IGHB, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, instituição que presidiu de 1922 a 1937, e têm sido a base de estudos acadêmicos e publicações que estão revisando historiografia do Urbanismo brasileiro, em particular do que se denominou como a “primeira geração de profissionais”, de acordo com Leme. (LEME, 1999, p. 22).

Nosso objetivo é coligir as informações nestes estudos relativos à atuação de Sampaio na questão da água e do esgoto, compreendendo aqui o estudo até o ano de 1892, pois é o momento que se esboçam o conjunto de preocupações urbanísticas e administrativas próprias daquele momento histórico, pautadas pelo *sanitarismo*. O saneamento, assim como os serviços de água e esgotamento sanitário integraram um processo de legitimação e incorporação de novos instrumentos e saberes especializados como práticas institucionais, enquadradas agora, na estrutura da administração pública, enfim, atuando *para, como e sob* o controle do Estado, entenda-se, da elite política que representava os interesses das classes dominantes na virada do século XIX.

2. A oligarquia republicana deseja a ciência (1886 – 1890)

Quando o engenheiro Theodoro Fernandes Sampaio chegou a São Paulo, em 1886, vivia-se um momento de intensa ebulição, política e econômica. A sua própria chegada, para integrar uma comissão técnica e científica, que seria desdobrada posteriormente em várias instituições públicas do estado, era sinal das transformações estruturais que se intensificavam no final do século XIX. Cerca de dois anos depois de sua chegada foi abolida finalmente a escravatura (1888). No ano seguinte findava a Monarquia e se instalava de forma repentina e brusca a República (1889). Momento de incertezas e transição, porém, palco no qual se apresentava à Nação, o que Caio Prado Jr denominou como a terceira grande oligarquia brasileira, formada pelos cafeicultores, elite econômica e política cujos interesses ditariam os rumos seguidos pelo país nos próximos 40 anos, pelo menos.¹

A administração pública já vivia desde a inauguração da SPR (*São Paulo Railway*, 1867), o prenúncio das profundas alterações econômicas que a ferrovia associada à produção agrícola e à industrialização implicaria para a cidade e para a Província. Mas nem imaginavam quão violentas e rápidas seriam as transformações urbanas devido à intensidade da industrialização e do crescimento demográfico proporcionado pela imigração e depois da segunda metade do século XX pela migração. Fenômenos que demandariam o que se denomina como infraestrutura urbana e serviços públicos que compreendem elementos básicos para grandes aglomerações como a coleta e o tratamento dos esgotos, o abastecimento de água potável e o saneamento, que envolve condições elementares de saúde coletiva para se evitar epidemias, focos de contaminação da população e tratamento adequado dos enfermos.

Convivia-se com problemas já considerados crônicos como o frouxo controle administrativo do território, o precário sistema de transporte, o lamentável estado de conservação das poucas estradas, além da falta de informações geotécnicas para o planejamento de obras e expansão das atividades agrícolas, especialmente a cafeicultura, e da própria malha ferroviária.

¹ “(...) o café deu origem cronologicamente à última das três grandes aristocracias do país; depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornaram a elite social brasileira. E em consequência (...) na política... (PRADO JR, 1976, p. 32).

Ainda nos marcos do Império foi notável o empenho de alguns Presidentes da Província que se distinguiram pela preocupação com a infraestrutura, a capacitação técnica da administração pública, e especialmente, o futuro da capital. Caso do Presidente João Teodoro (1828-1878), responsável pela administração (1872 -1875) que promoveu a “segunda fundação” de São Paulo, de acordo com a sua biografia. É creditada a ele uma série de visionárias melhorias. Mas foi na gestão do seu sucessor de 1875 a 1878, Sebastião José Pereira (1834-1881), que foi contratado finalmente o serviço de abastecimento dos domicílios. O abastecimento público era feito por meio de bicas e chafarizes, dispostos em largos e praças. Ali a população coletava diariamente a água necessária no interior das residências, trabalho executado principalmente por escravos.

Devem-se juntar ainda a este quadro complicado os problemas relacionados às alterações do sistema administrativo devido à implantação da República que teve a sua Constituição Federal promulgada em 24/02/1891. A constituição de 1891 conferiu maior autonomia ao estado e à própria Constituição Estadual promulgada também em 1891.

Tinha-se, portanto, um novo cenário institucional no início da última década do século XIX. Configurara-se um novo contexto jurídico e administrativo com implicações para o funcionamento do sistema de abastecimento concebido ainda sob o Império. Outro problema, e que não se resolveu de imediato, é que os contratos eram firmados na instância estadual, mas as atividades eram realizadas no município, fato que ainda ocorre, mas que era e é fonte de conflitos entre as duas esferas de poder.²

A República, apesar do traço golpista da proclamação e dos dois primeiros presidentes serem escolhidos indiretamente e pelos militares, teve como base política destacada os cafeicultores paulistas. Natural que a relativa autonomia política e administrativa tão desejada pelos republicanos propiciasse a revisão de atos do período do Império, em especial, problema de natureza tão importante para o desempenho da economia naquele momento como eram o saneamento, o abastecimento de água e a coleta do esgoto.

² De 1838 a 1890, de acordo com a Lei n. 95, de 29 de novembro de 1838, o chefe do Executivo era o Presidente da Câmara Municipal. De 1890 a 1899 a “cidade foi administrada por uma Intendência, constituída por três membros, que formavam o Conselho da Intendência Municipal, conforme decreto de 10 de janeiro de 1890.” (ALVES, 1986, p. 61) Em 1898 foram restaurados os cargos de prefeito e vice-prefeito eleitos diretamente pelo povo com a Lei 374 de 29 de novembro. O primeiro prefeito foi Antonio da Silva Prado e seu vice Pedro Vicente de Azevedo.

E deve-se considerar ainda que a expansão dos investimentos na indústria e mesmo na agricultura dependiam diretamente questão do saneamento das cidades, especialmente de Santos, da capital e Campinas, que eram pontos estratégicos do sistema agroexportador e do processo de industrialização induzidos pela inauguração da estrada de ferro. Santos devido ao Porto, aonde chegavam produtos importados e a mão-de-obra do imigrante e por onde era exportado o café. A falta de infraestrutura do Porto e salubridade da cidade a transformaram num foco irradiador de epidemias, contaminando imigrantes que chegavam sem controle às fazendas nas cidades do interior pela ferrovia. Já a cidade de São Paulo não poderia expandir-se, não poderia receber indústrias nem assentar os imigrantes, pois estava cercada de córregos e rios que inundavam e isolavam a cidade, não só impossibilitando a comunicação e o uso desses espaços, mas também era foco irradiador de epidemias tropicais típicas, agravadas pela contaminação proporcionada pela falta de coleta e tratamento do esgoto.

A modernização da infraestrutura urbana de São Paulo revestiu-se de questões contextuais complexas. A reconfiguração do Poder Público diante das suas novas atribuições (A República) possibilitou a atualização técnica e conceitual da própria noção de como deveria se administrar. Duas delas, com implicações diretas na estruturação e ampliação do espaço urbano, foram a incorporação das descobertas da microbiologia e a institucionalização da Saúde Pública, entre outras áreas técnico-científicas, que implicava na “consolidação de um corpo institucional capaz de responder às demandas que cresciam proporcionalmente ao desenvolvimento do estado.” (BERNADINI, 2007, p. 219)

3. *A belle époque*, várzeas, água e esgoto (1890 a 1892)

O interesse da elite política e econômica, formada por grandes proprietários de terras, industriais e capitalistas sobrepunham-se aos vernizes ideológicos monarquistas ou republicanos. Quando chegou em São Paulo Theodoro Sampaio, que era no mínimo, simpático à monarquista, passou a integrar o restrito círculo de intelectuais, muitos deles estrangeiros, que passaram a residir na cidade e frequentar os salões de famílias tradicionais e esclarecidas da *Belle Époque* paulistana, como os Silva Prado. Sampaio foi um dos engenheiros atraídos para atuar no corpo técnico das estratégicas secretarias estaduais, que passaram a contar, depois da reconfiguração da administração pública republicana, com os

recursos necessários para serem núcleos de concepção e implantação de planos modernizadores da infraestrutura e do aparelhamento da administração pública.³

Coube a Prudente José de Moraes Barros (1841-1902), o primeiro Governador do estado de São Paulo (1889-1890) no período republicano, definir a estrutura administrativa não só do estado como da cidade de São Paulo. Por decreto, datado de 15 de janeiro de 1890, foi alterado o sistema da administração municipal, que passou a ser exercido pelos “Conselhos de Intendência Municipal”, cujos membros eram nomeados diretamente pelo governador. Uma forma de contemplar correntes divergentes e assim manter o controle político sobre a capital. (Cf. ALVES, 1978, p. 114).

Criou também em 1890 a Superintendência de Obras Públicas, SOP, que além de reunir repartições afins criadas ainda no período imperial, seria incorporada pela Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Cabia à SOP, dirigida pelo engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza, de acordo com o Decreto n. 6 de 27 de dezembro de 1889, dirigir e fiscalizar as obras públicas, fiscalizar os serviços das estradas de ferro, demarcar as terras públicas, inspecionar as colônias e fazer o levantamento carta geográfica e geológica do estado, objetivo para o qual fora criada a CGG em 1886, motivo da mudança de Theodoro Sampaio para São Paulo.

A CGGSP passou a integrar em 1889 a SOP e depois de criada a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas em 11 de novembro de 1891, passou a integrar a sua “1a Secção”, de acordo com o Decreto n. 28 de março de 1892 que regulamentou a criação da Secretaria da Agricultura.

Do ponto de vista da administração pública tanto em nível estadual como no municipal abria-se uma nova fronteira com a reestruturação do aparato administrativo, uma vez definida e publicada a Constituição Federal, em 24 de fevereiro de 1891 e a Constituição do Estado de São Paulo, em 14 de julho de 1891.

No entanto, quase seis meses depois, foi que teve início o processo de estruturação do poder executivo do Governo do Estado de São Paulo, com a Lei n. 15, de 11 de novembro de 1891 que criou três secretarias importantes: a Secretaria da Justiça, a

³ O Presidente Jorge Tibiriçá, por meio do Decreto nº 104, de 15 de dezembro de 1890, convocou o Primeiro Congresso e publicou uma Constituição baseada na legislação federal, para orientar a organização do Estado. Os deputados e senadores estaduais eleitos não aceitaram trabalhar sob a referência do projeto governamental de 1890 e optaram pela formação de uma Assembléia Constituinte. (IOKOI, 1990, p. 51.)

Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e a Secretaria do Interior, cabendo às duas últimas o papel de implementar a saúde pública e a infraestrutura urbana e rural. O Decreto n. 28 de 1 de março de 1892 definiu as atribuições dessas secretarias.

O envolvimento de Theodoro Sampaio com os dramáticos problemas urbanos vividos por São Paulo na virada do século XIX teve início no de 1890, neste período conturbado como se pode observar pelas leis que foram criadas. No entanto, era uma situação compreensível, por se tratar de um momento de transição política associado à reestruturação do aparato legal e administrativo do Estado.

Sampaio atuava então na Comissão Geográfica e Geológica, a CGGSP, mais especificamente, na finalização dos estudos para ocupação do Vale do Paranapanema e no levantamento geológico e cartográfico na escala 1:100.000. Começaram pelos “terrenos desconhecidos” do interior da então Província de São Paulo os levantamentos e os estudos da CGGSP. Era para onde se voltavam os interesses dos cafeicultores e construtores de ferrovias. Mas a emergência da questão sanitária fez com que Sampaio e a própria CGGSP, incluíssem a capital paulista entre as principais preocupações, estudos e levantamentos cartográficos a serem feitos. Afinal as epidemias tornavam-se frequentes e cada vez mais abrangentes.

Theodoro Sampaio em 1890 respondia interinamente como Chefe da CGGSP, devido à viagem de Orville Derby para os Estados Unidos, quando foi indicado pelo governador Prudente de Moraes para compor com Chefe da SOP, o engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza (1843-1917), a Comissão do Saneamento das Várzeas de São Paulo, incumbida de apresentar soluções definitivas para o saneamento da capital.

Foi, enfim, em função dos estudos e levantamentos realizados para elaborar o plano de saneamento das várzeas dos rios Tiete e Tamanduateí como Paula Souza em 1890 que Sampaio passou a estudar e a elaborar propostas para os rios, para o abastecimento de água, para o saneamento, a coleta e o tratamento de esgotos da cidade de São Paulo. Como se verá adiante, estas atividades foram ampliadas para o estado como um todo, destacando a cidade e o Porto de Santos.

4. Comissão do Saneamento das Várzeas de São Paulo (1890-1891)

Foi sob o título de “Várzea do Carmo” que Prudente de Moraes anunciou no dia 18 de outubro 1890 o fim de uma contenda que se arrastava desde a década de 1870, quando o governador João Theodoro propôs-se a transformar parte da várzea do rio Tamanduateí num

ambiente apropriado para uso urbano, no caso um parque, que ficou conhecido como a “Ilha dos Amores”. A área era objeto de uma disputa. Empresas e profissionais propunham-se para executar as obras necessárias para o urgente saneamento da várzea, notório foco de contaminação e proliferação de doenças, desde que pudessem tirar proveito financeiro com a venda dos terrenos aproveitáveis. A Câmara dos Vereadores insatisfeita promoveu um concurso que também não gerou os resultados esperados.⁴

Prudente de Moraes apresentou o desfecho para essa disputa de um modo emblemático, indicando como seria a atuação da administração pública no período republicano, agora que o PRP, Partido Republicano Paulista, conseguira seu intento maior, chegar ao poder e mudar o regime. Mais do que equacionar e resolver os problemas momentâneos a necessidade apontada pela calamidade dos fatos era pensar no futuro pois o crescimento da cidade e o desenvolvimento econômico do Estado davam mostras que seguiriam indefinidamente. Era necessário, portanto, que o Estado interviesse em setores estratégicos para que vingasse o projeto político dos *Republicanos* (entenda-se cafeicultores, capitalistas e industriais emergentes). A questão do uso das várzeas, que envolvia não só o controle do rio e da água, mas dela dependia, sobretudo e as condições de salubridades básicas para as atividades urbanas, se apresentavam então como uma questão de natureza estratégica. Envolvia não só o planejamento e execução de obras custosas e modernas, como a implantação de serviços públicos que garantissem as condições mínimas de salubridade para uma aglomeração urbana de grande porte. Por esta razão Prudente de Moraes, primeiro governador do período republicano, ao passar a Presidência do estado a Jorge Tibiriça Piratininga (1855-1928) se referia aos “estudos regulares e completos” da Várzea do Carmo que deu início em seu governo.

“Considerando que os serviços de saneamento e embelezamento da referida várzea só devem ser realizados pela administração pública, mediante plano acuradamente estudado, sem que, por qualquer forma, sejam os respectivos terrenos alienados em favor de particulares, pois que tais terrenos constituem logradouro público, e atendendo aos reclamos da opinião, manifestada com insistência por diversos órgãos da imprensa e a representação que, em 31 de maio, dirigiu-me a intendência da capital, por ato de 5 de junho, nomeei uma comissão, composta dos engenheiros A. F. de Paula Souza e Theodoro Sampaio, para proceder a estudos regulares e completos dos terrenos e da hidrografia do Tamanduatehy e do Tietê, levantar plantas exactas, organizar projetos e orçamentos rigorosos das obras, que habilitem as administrações do Estado e do município a resolverem com segurança sobre este importante assunto.” (SÃO PAULO, 1890, p. 22)

⁴ Ver detalhes a respeito das propostas anteriores para a Várzea do Carmo em CAMPOS, 2007, p305 e ss.

Em 1891 foi entregue ao governador em exercício, Américo Brasiliense de Almeida Melo (1833-1896), o relatório da Comissão do Saneamento das Várzeas 1890-1891 (COMISSÃO, 1891). Este trabalho foi realizado pelas equipes técnicas da CGGSP e da SOP, sob coordenação e redação final de Theodoro Sampaio. Conforme Campos, “Paula Souza não permanece até a conclusão final dos trabalhos da Comissão” (CAMPOS, 2007, p. 309) por ausentar-se da cidade, devido ao emprego oferecido pelo Banco União, a exploração do trecho Uberaba Coxim. Sampaio cita na apresentação do relatório que o fato se deu, depois de acertarem um “plano de comum acordo”, assumindo assim a autoria do mesmo.

A importância histórica desse relatório está tanto no fato de ser uma espécie de plano modelo que pressupunha ou foi desdobrado em planos e serviços complementares, pois além das obras de canalização e drenagem das várzeas, das obras de proteção contra as enchentes o relatório apresentava as obras de “aformoseamento e outras medidas de higiene pública” que lançavam as bases de um plano abrangente para a cidade. Plano que foi colocado em prática com a concepção de outras leis, códigos e a própria estrutura administrativa do estado e do município criada nas décadas seguintes. O trabalho da *Comissão do Saneamento das Várzeas* abriu as portas para a atuação de Sampaio nas poderosas secretarias da Agricultura e do Interior, em processo de estruturação. Foi o trabalho que marcou sua ascensão na estrutura administrativa republicana. A demonstração de sua capacidade técnica na CGGSP desde 1886 o levou a desafios maiores, no caso as obras de saneamento e infraestrutura relacionadas ao *Planejamento Urbano* da capital, e, também ao *Planejamento Regional*, pois além da capital, suas atribuições abrangiam as regiões já urbanizadas, sendo adequado de fato, *Planejamento Territorial*, pois o uso do espaço rural também estava no foco das atribuições das duas secretarias.

As novas atividades na capital estavam diretamente alinhadas às atribuições do engenheiro, experiente em estudos dos rios e obras hidráulicas. Considerando as experiências anteriores a novidade do novo desafio era o viés sanitarista que conectava a Engenharia à Medicina, e de modo especial, à uma área em pleno desenvolvimento naquele momento, a Microbiologia, base das políticas de Saúde Pública. A Saúde Pública tornava-se uma preocupação especial do Estado republicano, assim como a Educação, entre outros saberes em processo de incorporação no aparato administrativo.

Sampaio se dedicou ao estudo de trabalhos anteriores sobre as várzeas e ao levantamento de campo do sistema hídrico paulistano com afinco e profundidade. No plano apresentado há um criterioso diagnóstico da situação em que se encontravam os principais

afluentes do rio Tietê e os principais e os riscos para a saúde pública relacionados à falta de higiene, ao acúmulo de lixo e à necessidade de implantação de serviços de manutenção regulares e urgentes tais como a drenagem e o escoamento de água represadas devido pequena declividade das várzeas.

Relacionou os principais riscos e o tipo de ação do poder público a ser empreendida nos bairros onde se concentravam os cortiços e habitações sem as condições mínimas de higiene. Apesar de recomendar serviços regulares e obras como a retificação de trechos do rio Tamanduateí para aumentar a velocidade da vazão, o conjunto das medidas propostas pauta-se por soluções de baixo custo, baseada na manutenção e limpeza das ruas e das várzeas onde se acumulavam o lixo e esgoto. Classificou as obras em dois grupos: “urgentes e indispensáveis” e “aformoseamento e regularização” (Cf. CAMPOS, 2007, p. 309)

Os estudos e levantamentos demandados pela Comissão possibilitaram a Sampaio o contato com os problemas relacionados ao Planejamento Urbano da capital paulista e a dimensão e abrangência que deveriam ter os serviços públicos para dar suporte ao desenvolvimento econômico proporcionado pela cafeicultura e a industrialização em pleno florescimento.

Os estudos e levantamentos foram feitos com verba especial e envolveu o pessoal da CGGSP e da SOP. O Relatório com os estudos, as obras e os respectivos orçamentos tiveram participação ativa de Theodoro Sampaio, que diante da ausência de Paula Souza da cidade por razões profissionais, assumiu a direção e a finalização dos projetos. Este trabalho alavancou a carreira do engenheiro baiano, como salienta Campos:

“Pode se afirmar que a nomeação para esta comissão de estudos das várzeas da capital abriu as portas para Sampaio para outras funções ligadas ao campo do saneamento paulista, como os trabalhos na RTAE e na Secretaria de Interior de São Paulo.” (CAMPOS, 2007, p. 308)

De fato é notável a seriedade e a amplitude do tratamento dispensado à caracterização do regime hídrico dos dois rios, às obras necessárias para enfrentar as enchentes (classificadas por grau de urgência), assim como aos projetos e orçamentos das obras previstas para o saneamento e o aformoseamento. Existiam ainda no relatório as “medidas aconselhadas”, envolvendo os serviços públicos e o comportamento adequado para garantir a salubridade das várzeas.

A análise do relatório permite observar que Sampaio valeu-se da oportunidade para elaborar um estudo modelo, que deveria abranger não só os rios não estudados, mas o conjunto da cidade, devido à natureza do fenômeno. Depois de uma enfática descrição dos problemas envolvendo da limpeza e o estado sanitário das várzeas dos rios, Sampaio conclui que

Este estado de cousas não é muito animador para uma cidade que recebe gente nova todos os dias, a qual por sua mais fácil receptividade, se pode tornar veículo das maiores calamidades para a saúde publica, fornecendo o meio apto às violentas explosões epidêmicas (COMISSÃO, 1891, p. 15)

Considerando o conjunto do relatório percebe-se que a partir de um aparente problema imediato na cidade de São Paulo, Sampaio aponta para a necessidade de um serviço regular e contínuo, tal como solicitado pelo Governador Prudente de Moraes em 1890. E desde então, de fato, estava em plena gestação a estrutura administrativa que permitiria ao estado de São Paulo, dotar-se das condições necessárias para planejar e implantar os serviços públicos relacionados à saúde e ao saneamento, sem os quais, o desenvolvimento econômico pretendido seria improvável.

O saneamento da cidade de S. Paulo é uma garantia da prosperidade do Estado inteiro; por isso as despesas necessárias para aqui proteger a saúde pública redundam em bem geral, não são gastos improdutivos ou de caráter local, são adiantamentos ao bem comum, formando o crédito da terra paulista. (COMISSÃO, 1891, p. 15)

O contato de Theodoro Sampaio com a questão da coleta de esgoto e o abastecimento de água tem como origem esse trabalho. Sampaio iniciou a partir dele os estudos sobre os mananciais uma vez que o plano elaborado pela *Comissão do Saneamento das Várzeas* demandava a compreensão integrada dos problemas e potenciais do sítio onde se instalara a cidade e o seu contexto imediato. Além do mais, a expansão do sistema de captação de água e o abastecimento de água exigiam soluções emergenciais naqueles dias, pois se vivia um período de estiagem, ampliando as dificuldades da Companhia Cantareira de Águas e Esgotos para aumentar o armazenamento e a distribuição de água.

Referências Bibliográficas

ALVES, Odair Rodrigues. **Os Homens que governaram São Paulo**: SP, Nobel, Edusp, 1986.

ARASAWA, Claudio Hiro. *Engenharia e Poder: construtores da nova ordem em São Paulo*. SP: Alameda, 2008.

BERNARDINI, Sidney Piochi. Três propostas para a solução do abastecimento de água em São Paulo (1902-1904). **Pós**, v. 19, n. 32, 198-218. São Paulo, dez, 2012,

BERNARDINI, Sidney Piochi. *Construindo infraestruturas, planejando territórios. A Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual paulista (1892-1926)*. 2008. 566p.. Tese (Doutorado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

CAMPOS, Cristina de. **São Paulo pela lente da higiene: as propostas de Geraldo de Paula Souza para a cidade (1925-1945)**. São Paulo: Rima/Fapesp, 2002.

CAMPOS, Cristina. **Ferrovias e saneamento em São Paulo: o engenheiro Antonio Francisco de Paula Souza e a construção de rede de infra-estrutura territorial e urbana paulista, 1870-1893**. São Paulo, Tese (Doutorado em Arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2007.

CINTRA, Luis Carlos. *A evolução da estrutura administrativa da Secretaria da Agricultura: 1889-1930*. São Paulo: Caderno Fundap, Ano 5, N. 9, pp. 21-19, maio, 1985.

COMISSÃO DO SANEAMENTO DAS VÁRZEAS. *Relatório dos estudos para o saneamento e aformoseamento das várzeas adjacentes a cidade de São Paulo apresentado ao Presidente do Estado Dr Américo Brasiliense de Almeida Mello, pela comissão para este fim em 1890 pelo então governador Dr. Prudente José de Moraes e Barros*. São Paulo, 1891.

COMISSÃO DO SANEAMENTO DAS VÁRZEAS. *Relatório dos estudos para o saneamento e aformoseamento das várzeas adjacentes a cidade de São Paulo apresentado ao Presidente do Estado Dr Américo Brasiliense de Almeida Mello, pela comissão para este fim em 1890 pelo então governador Dr. Prudente José de Moraes e Barros*. São Paulo, 1891.

COSTA, Luiz Augusto Maia. **O ideário urbano paulista na virada do século: o engenheiro Theodoro. Sampaio e as questões territoriais e urbanas modernas**. São Paulo: RIMA – FAPESP, 2003.

FICHER, Sylvia. **Os arquitetos da Poli: ensino e profissão em São Paulo**. SP: Fapesp - Edusp, 2005.

IOKOI, Zilda Márcia G. **O Legislativo na Construção da República**. São Paulo: Contexto/CNPQ, 1990.

JORGE, Janes. **Tietê, o rio que a cidade perdeu: o Tietê em São Paulo, 1890-1940**. São Paulo: Alameda, 2006.

KAHTOUNI, Saide. **Cidades das Águas**. São Carlos: Rima, 2004.

LEME, Maria Cristina da Silva (Coord.) **Urbanismo no Brasil 1895-1965**. São Paulo: Fupam; Studio Nobel, 1999.

OSEKI, Jorge Hajime. **Pensar e viver a construção da cidade: canteiros e desenhos de pavimentação, drenagem de águas pluviais e rede de esgotos em São Paulo**. Tese (doutorado). São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 1992.

PRADO JR., Caio. **História Econômica do Brasil**. SP: Ed. Brasiliense, 18a ed., 1976.

ROLNIK, Raquel. **A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo**. 3ª edição. São Paulo: Nobel – Fapesp, 1997.

SABESP. **Dossiê Institucional: empresas de saneamento em São Paulo**. SP: **Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo**. Espaço das Águas. Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, 2008. Disponível em http://memoriasabesp.sabesp.com.br/acervos/dossies/pdf/2_dossie_institucional_empresas_de_saneamento.pdf

- SAITO, Mário Izumi. Fatos da história do abastecimento de água de São Paulo. In: **Saneas**, n.1, jan., 2002.
- SAMPAIO, Theodoro. Theodoro Sampaio por ele mesmo. In: SAMPAIO, Theodoro. **São Paulo no século XIX e outros ciclos históricos**, 2ª ed. Petropolis: Vozes; SP: Secretaria da Cultura e Tecnologia, 1978.
- SANTANA, José Carlos Barreto de Santana. Introdução. In: SAMPAIO, T. **O rio São Francisco e a Chapada Diamantina**. SP: Companhia das Letras, 2002, p. 9 – 45.
- SANTOS, Ademir Pereira. **Theodoro Sampaio: nos Sertões e nas Cidades**. RJ: Versal Editores, 2010.
- SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros, valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo**. São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1987.
- TEIXEIRA, Luis Antonio. **Na arena de escapulário**. A Sociedade de Medicina e Cirurgia de São Paulo (1895-1913). SP: Editora Unesp, 2007.
- WITHAKER, A. P. Abastecimento de água na cidade de São Paulo. In: **Revista Engenharia**, São Paulo, n. 50, 1946.